

REIFICAÇÃO E AUTONOMIA: SUBJETIVIDADES POSSÍVEIS NO CONTEXTO DA PRÁXIS DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA EM ADORNO E CASTORIADIS

Marcelo Rythowem¹, Carlos Eduardo Panosso²

1 Instituto Federal do Tocantins – IFTO
(marcelo@ifto.edu.br)

2 Instituto Federal do Tocantins – IFTO
(panosso@ifto.edu.br)

RESUMO

A proposta desse artigo é realizar uma análise dos processos de reificação da subjetividade a partir de uma revisão bibliográfica de algumas perspectivas teóricas de Theodor Adorno e Cornelius Castoriadis. É também uma tentativa de compreender a construção de uma subjetividade autônoma, crítica e reflexiva sem reduzir-se a uma visão solipsista de um sujeito que se basta a si próprio e muito menos à tentação de aderir a um projeto qualquer fazendo do processo de autonomia e emancipação uma fraseologia estéril e desvinculada de uma práxis social. O projeto de autonomia e emancipação deve ser capaz de fortalecer a subjetividade individual, mas que seja mediada por um projeto teórico-político que supere toda e qualquer forma de reificação, de modo especial a reificação subjetiva. **Palavras-Chave:** Reificação; autonomia; subjetividade; educação.

ABSTRACT

The proposal of this article is to perform an analysis of the subjectivity reification processes from a bibliographical review of some theoretical perspectives of Theodor Adorno and Cornelius Castoriadis. It is also an attempt to understand the construction of an autonomous, critical and reflexive subjectivity, without reducing itself to a solipsistic view of a self-sufficient subject and much less the temptation to adhere to any project, making the process of autonomy and emancipation sterile phraseology, unrelated to a social praxis. The autonomy and emancipation project should be able to strengthen individual subjectivity, but mediated by a theoretical-political project that surpasses any forms of reification, especially subjective

1 Doutor em Educação pelo PPGE FE-UFG. Mestre em Educação pela UnB. Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo. Professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO, Campus Palmas.

2 Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela UnB. Mestre em Ciências do Ambiente – Cultura e Meio Ambiente (UFT). Especialista em Ética e Filosofia Política (UFU). Graduação (bacharelado e licenciatura) Ciências Sociais. Professor de Sociologia e Política no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.

reification.

Keywords: Reification; autonomy; subjectivity; education.

INTRODUÇÃO

Adorno (1995b) nos adverte que se não quisermos aplicar a palavra “emancipação” num sentido meramente retórico, é preciso reconhecer as grandes dificuldades que se opõem à emancipação na sociedade contemporânea. Nossa organização social é heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações. Sob essa condição, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, absorvendo e aceitando nos termos desta configuração heterônoma o que se desviou de si mesma em sua consciência. Esse processo atinge igualmente as instituições, a discussão acerca da educação política e outras questões semelhantes. Nesse sentido “o problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente — e quem é ‘a gente’, eis uma grande questão a mais — pode enfrentá-lo” (ADORNO, 1995b, p. 180-181).

A única concretização efetiva da emancipação, conforme Adorno (1995b), passa pelo esforço de que os verdadeiros interessados nesse processo orientem seu trabalho para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência. Nesse sentido, uma educação deve não apenas funcionar, mas para operar conforme essa perspectiva demanda pessoas emancipadas.

Uma prática educativa efetiva só pode ser imaginada enquanto realizada em uma sociedade de quem é emancipado. Isso cria outras exigências, pois as tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas reacionárias. Adorno (1995b) prossegue afirmando que uma educação efetivamente procedente em direção à emancipação frente a esses fenômenos não poderia ser separada dos questionamentos da psicologia profunda.

Nesse sentido, a promoção de um projeto de autonomia como superação da reificação no universo educativo implica na constituição de uma práxis. Todavia, a educação como práxis emancipadora é um projeto ainda realizável? Qual subjetividade é portadora de força necessária para enfrentar a reificação no universo da educação? Propomo-nos, nesse artigo, uma análise dos processos de reificação da subjetividade e também uma tentativa de compreender a construção de uma subjetividade autônoma, crítica e reflexiva sem cair em uma visão solipsista de um sujeito que se basta a si próprio e muito menos a tentação de aderir a um projeto qualquer fazendo do processo de autonomia e emancipação uma fraseologia estéril e desvinculada de uma práxis social. O projeto de autonomia e emancipação deve

ser capaz de fortalecer a subjetividade individual, mas que seja mediada por um projeto teórico-político que supere toda e qualquer forma de reificação, de modo especial a reificação subjetiva.

A reificação é vista aqui como um fenômeno no qual as relações sociais estariam cada vez mais submetidas a uma finalidade calculadora (LUKÁCS, 2003; ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A relação dos sujeitos com seu mundo circundante não comportaria mais uma dimensão da produção de si mesmos como sujeitos, mas seria claramente substituída por uma atitude de disposição meramente instrumental e indiferente cuja conduta calculadora característica atingiria as próprias experiências mais íntimas dos sujeitos e suas condições de autorrealização. Tal reificação imprimiria ao psiquismo a força de uma ação irrefletida e calcada no imediatismo da ação individualista.

Sua superação poderia ser alcançada pelo processo de autonomia, isto é, da construção de uma subjetividade em que o ego de forma consciente poderia submeter o *id* a um constante processo de deliberação reflexiva. Esse processo não comporta apenas essa dimensão psicológica e subjetiva mas passa por um processo político de construção de novas instituições, entre elas a escola, capazes de oferecer aos sujeitos históricos a oportunidade de se autoproduzirem como sujeitos que se autodeterminam.

A subjetividade reificada

Na Dialética do Esclarecimento (1985), Adorno e Horkheimer nos mostram que a barbárie é uma das grandes consequências do processo de desenvolvimento das forças da sociedade ocidental que visa a todo custo uma ação técnica, fruto de uma racionalidade meios-fins. Mas de que forma o projeto do iluminismo conseguiu, usando a razão, produzir uma sociedade que pode ser considerada repressora e totalitária? Talvez a resposta possa ser encontrada na ideia de um mundo dominado pelo *ethos* do controle e do domínio do cálculo. Dessa forma, o que deveria proporcionar aos seres humanos a possibilidade de se libertar do reino da necessidade os enclausurou com a promessa do progresso e da autonomia. Assim sendo, asseveram Adorno e Horkheimer afirmando que

A disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar dominar-se pelo fascínio de um despotismo qualquer, sua afinidade autodestrutiva com a paranoia racista, todo esse absurdo incompreendido manifesta a fraqueza do poder de compreensão do pensamento teórico atual (1985, p. 13).

Se o programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo sendo sua meta dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (*idem*), na verdade, esse intento acabou por produzir uma nova forma de mistificação. Nesse sentido só

o pensamento que se faz violência a si mesmo é capaz de romper sua fetichização. Só ele é capaz de superar a concepção positivista de que o procedimento eficaz é o que verdadeiramente interessa. Para essa concepção, a busca da verdade poderia, apenas, oferecer um prazer estéril. O que a humanidade deve buscar, conforme os autores denunciam em Bacon, é aprender da natureza e como utilizá-la para controlá-la e também aos outros seres humanos, sendo dessa forma, o método eficaz para que o trabalho dos outros possa produzir o capital. Consoante a isso, tudo deve se submeter ao critério da calculabilidade e da utilidade. O número, portanto, tornou-se o cânone do esclarecimento. Nesse aspecto a sociedade burguesa procura a todo custo trabalhar pela lógica do equivalente, isto é, tornar o que é diferente comparável, proporcionando a abstração e o intercâmbio e conseqüentemente a troca e realização do lucro. Instaura-se assim o predomínio do valor de troca em prejuízo do valor de uso (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Adorno e Horkheimer, não reconhecem no projeto da ilustração, conforme acima descrevemos, o mérito de levar a humanidade à sua emancipação por ter levado às últimas conseqüências o conhecimento tido como neutro e objetivo. Pelo contrário, reificou, fetichizou o ser humano. Dessa forma, a razão transforma-se em puro meio, pois

O processo técnico, no qual o sujeito se coisificou após sua eliminação da consciência, está livre da plurivocidade do pensamento mítico bem como de toda significação em geral, porque a própria razão se tornou um mero adinículo da aparelhagem econômica que a tudo engloba. Ela é usada como um instrumento universal servindo para a fabricação de todos os demais instrumentos. Rigidamente funcionalizada, ela é tão fatal quanto a manipulação calculada com exatidão na produção material e cujos resultados para os homens escapam a todo cálculo. Cumpru-se afinal sua velha ambição de ser um órgão puro dos fins (1985, p. 41-42).

A busca por segurança e a instrumentalização da razão acabam por levar o saber a controlar os outros seres humanos. O controle da natureza oferece os mecanismos pelos quais o capital pode subjugar outros seres humanos transformados em abstração. Nesse processo de dominação da natureza por intermédio dos sujeitos portadores do saber, é possibilitado que o homem subordine o próprio homem, degradando-o como mero elemento daquela natureza dominada. Se, por um lado, há um anseio de controle da natureza, eliminando as incertezas e subtraindo toda e qualquer forma de avaliação qualitativo-axiológica do mundo material, a meta almejada é extrapolada, por outro: o ser humano é instrumentalizado.

O esclarecimento, segundo essa lógica, é totalitário como qualquer outro sistema defendem Adorno e Horkheimer. Tudo já está decidido de antemão. Na tentativa da identificação antecipatória do mundo totalmente matematizado com a verdade, o esclarecimento pretende se defender do retorno do mítico. Pensamento e a matemática fundem-se e passam a ser duas faces de uma mesma

moeda. O procedimento matemático é o que possibilita de forma unilateral ritual do pensamento. Ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento, como ele próprio o denomina, pois “O pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-la” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 37).

Cabe perguntar aqui, portanto, quais são as consequências desse processo para a produção da subjetividade. Inicialmente há que se reconhecer que tal pergunta foi exposta e problematizada com muita procedência com a crítica que Marx e Engels fazem na ideologia alemã quando reconhecem que

são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a sua consciência (1998, p.18-19).

Nesses termos, pode-se pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade. Ou dito de outro modo: como os sujeitos sociais podem transformar a sociedade e a cultura em que estão inseridos mesmo levando em conta que as estruturas sociais, que o mundo material determinante e determinado por elas, estão organizadas para o controle e o domínio do capital?

E se partirmos do pressuposto de que as classes dominantes produzem os meios necessários para a produção e reprodução das relações materiais de produção, então é uma necessidade constante que a subjetividade se desenvolva nessa mesma perspectiva para que a manutenção do *status quo*. Nisso a análise da ideologia insiste denunciando que

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas (ENGELS; MARX, 1998 p.18-19).

A forma como essa relação entre mundo material e intelectual se desenvolve, como as múltiplas determinações de ambos se dão, enfim, como se articulam dialeticamente é pensada por Adorno sob a perspectiva da pré-disposição ao fascismo de certos indivíduos. Nesse sentido, Adorno nas obras *La personalidad autoritaria*, *De la relación entre sociología e psicología* e *Sobre a música popular* procura investigar como e estabelecer os vínculos entre a Indústria cultural e o processo de semiformação que provoca a redução da autonomia dos sujeitos as mais diferentes formas de totalitarismo e a produção de subjetividades que promovem uma cultura de barbárie (CROCHICK, 2008).

Crochick (2008) entende que Adorno aborda a relação entre sociologia e psicologia de maneira a não restringir esse objeto, a relação entre o individual e o coletivo, a uma mera 'interação simétrica' entre dois fenômenos. Inicialmente faz uma crítica da sociologia pensada sem indivíduos e por outro lado, compreende que uma psicologia pensada a partir do foco apenas ao seu objeto subtrai da discussão que os sujeitos não existem sem as interações entre a cultura e a sociedade que lhe imprimem as marcas de um superego o que poderá oportunizar o surgimento do indivíduo.

Consequentemente, a relação entre sociedade e indivíduo é histórica: cada sociedade tende a produzir mais ou menos de acordo com suas necessidades os indivíduos de que necessita para sua reprodução, reiteramos, mais ou menos porque mesmo assim há os processos de diferenciação nos quais cada indivíduo produz seus traços característicos, ele pode resistir a esse determinado modelo social. Nesse sentido é preciso que os indivíduos façam a sua adesão a um determinado projeto de sociedade, e esse processo é imanente, pois, precisa transcender a coerção externa para se sustentar. Todavia na atualidade o que se observa é que a sociedade dispõe de poderosos instrumentos que podem lhe dar a primazia na determinação do comportamento individual.

Em seus estudos sobre a música popular, Adorno procura investigar e apontar como o processo de massificação da sensibilidade pode provocar um processo de standardização. Esse processo nada mais é que busca constante de construção de padrões que sejam facilmente reconhecidos e capturem o gosto do ouvinte

A composição escuta pelo ouvinte. Esse é o modo de a música popular despojar o ouvinte de sua espontaneidade e promover reflexos condicionados. Ela não somente dispensa o esforço do ouvinte para seguir o fluxo musical concreto, como lhe dá, de fato, modelos sob os quais qualquer coisa concreta ainda remanescente pode ser subsumida. A construção esquemática dita o modo como ele deve ouvir, enquanto torna, ao mesmo tempo, qualquer esforço no escutar desnecessário. A música popular é "pré-digerida", de um modo bastante similar à moda dos *digest* de material impresso. Em última análise, é a estrutura da música popular contemporânea a responsável por aquelas mudanças nos hábitos de ouvir que

discutiremos mais tarde (ADORNO, 1986, p. 121).

Promover o reconhecimento. Esse é o hábito que deve ser construído junto à audiência. Basta repetir algo para que seja reconhecido e sendo reconhecido será aceito: torna-se um sucesso. Nesse sentido produz indivíduos que são “extremamente suscetíveis a um processo masoquista de ajustamento ao coletivismo autoritário” (ADORNO, 1986, p. 138).

Para Crochick (2008), Adorno supera a distinção behaviorista entre estímulo e resposta. Conforme explicitou-se acima, o que ele nos mostra é a maneira pela qual a perspectiva materialista, pela atenção ao modo como a objetividade se expressa por meio de diversos objetos, pode embasar o estudo da realidade.

Portanto, a análise desses fenômenos procura apontar como o sujeito social em seu dia-a-dia pode ser instrumentalizado pelos processos de barbárie. O tempo todo lhe é oferecido um conjunto de opções que aparentemente promovem sua individuação. Todavia Adorno denuncia que essas escolhas já estão de antemão postas. O ato de deliberação só é realizado dentro um conjunto de possibilidades previamente programadas.

Em *Elementos de antissemitismo*, Adorno e Horkheimer (1985) definirão esse processo como a mentalidade do *ticket*. Nesse sentido, argumentam que

A mentalidade do ticket, produto da industrialização e de sua propaganda, adapta-se às relações internacionais. A escolha do ticket comunista ou do ticket fascista depende da impressão que o Exército Vermelho ou os laboratórios do Ocidente deixam no indivíduo. A reificação, graças à qual a estrutura de poder, possibilitada unicamente pela passividade das massas, aparece às próprias massas como uma realidade indestrutível, tornou-se tão densa que toda espontaneidade e, mesmo, a simples ideia da verdadeira situação tornou-se necessariamente uma utopia extravagante, um desvio sectarista. A aparência ficou tão espessa que a possibilidade de devassá-la assumiu o caráter da alucinação. Escolher um ticket, ao contrário, significa adaptar-se a uma aparência petrificada como uma realidade e que se prolonga a perder de vista graças a essa adaptação. Por isso mesmo, quem hesita se vê proscrito como um desertor (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 191).

Essa é a situação que está posta. Por mais que o pesquisador procure adaptar o seu objeto a sua teoria, isso não é possível. É dessa realidade que qualquer crítica da sociedade, da cultura e dos efeitos sobre a subjetividade deve partir. Vejamos por que:

Adorno compreende o ser humano a partir de sua materialidade, de seu dado concreto. Não o vê como o sujeito transcendental Kantiano (ADORNO, 1995b), mas como fruto do conjunto de suas múltiplas determinações. De certa forma comunga com Marx e Engels que se deve abrir mão de toda e qualquer tentativa de abstração para que se possa produzir uma teoria que parta da realidade mediada por um adequado método.

Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. (ENGELS; MARX, 1998, p. 19)

Portanto, ao perceber a dificuldade em modificar radicalmente as condições materiais da sociedade, impregnada de barbárie e propensa a disseminar toda e qualquer forma de totalitarismo, Adorno propõe então o fortalecimento do sujeito para o enfrentamento da violência da qual pudesse ser vítima ou que nele pudesse ser suscitada (CROCHICK, 2008). Já não se trata mais de pensar em um modelo idealizado de sujeito, mas de partir do fato de que todos estão assujeitados a serem barbarizados em função de se viver em uma sociedade que promovem a barbárie.

O caminho possível é o cuidado especial com a educação. É pela formação do indivíduo que se deve iniciar o processo, promovendo entre as crianças inicialmente a construção de uma nova subjetividade. Há que se preocupar como redefinir os caminhos e os atores necessários para que as representações de mundo, as ideologias, e diria até a sensibilidade/percepção da realidade sejam construídas de modo promover a emancipação e a autonomia.

Nesse sentido, recorreremos novamente a Engels e Marx. Na Ideologia Alemã esclarecem que o processo de formação da consciência não pode ser compreendido sem que esteja atento ao que seres humanos de carne e osso em suas relações de produção produzem como material intelectual. É preciso, portanto que os processos educativos ofereçam novas possibilidades de vivência nas relações interpessoais; de abordagem temática, isto é dos conteúdos e métodos; e de disposição para a promoção de novas e originais relações produtivas. Isso é necessário, uma vez que

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e 'ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias (ENGELS; MARX, 1998 p.17-18).

Assim sendo, é preciso compreender a necessidade de uma vigilância constante dos mecanismos que produzem a reificação no campo subjetivo e as mediações sociais que promovem no âmbito da personalidade a disposição para uma semiformação, uma pseudo-consciência determinada heteronamente.

Desse modo, compreendemos que há uma complementaridade entre

a perspectiva da Teoria Crítica e a proposta de Cornelius Castoriadis. Ambos são tributários da crítica econômica e social feita por Marx, todavia não se deixam anular sob a pesada máquina do Partido Comunista, rompendo e denunciando as formas autoritárias de controle. Procuram construir, cada um a seu modo, uma compreensão que supere a submissão cega ao coletivismo. Todavia, condenam a atitude individualista e niilista. Seus posicionamentos teórico-políticos são a base para uma práxis de emancipação sem deixar de considerar os elementos inconscientes a que todos estamos submetidos.

A autonomia: possibilidade de superação da reificação da subjetividade

No âmbito dessa perspectiva, é de fundamental importância propor como alternativa possível retomar o conceito de autonomia em Castoriadis, pelo seu caráter seminal e pela importância que seu pensamento adquiriu ao elaborar vasta obra criticando as instituições produtoras da heteronomia.

Essa importância se faz valer em um duplo sentido. Em primeiro lugar por propor a autonomia do sujeito reconhecendo que o inconsciente determina o consciente e se constitui no outro que deve ser enfrentado, mas também da autonomia em âmbito social-político-coletivo, não como uma ação contra os outros, mas como uma práxis construída sócio-historicamente. Assim sendo a psicanálise passa a ter uma importância fundamental nesse itinerário teórico.

A psicanálise, um dos pilares da construção teórica de Castoriadis, comparece na educação para lembrar que somos seres clivados, cindidos: consciente e inconsciente. A educação atravessada pela psicanálise propõe a centralidade do sujeito nas relações educativas. Sujeito este que além do aspecto consciente, traz à sala de aula elementos da ordem do inconsciente.

A partir da máxima da psicanálise proposta por Freud de que “Onde era o Id, será o ego”, Castoriadis defende que o Ego deve tomar o lugar do Id isto é, deve ser a instância de decisão sem suprimir as pulsões nem a eliminar o inconsciente. Essa proposta não pode ser mistificada ou transformada em uma ideia reguladora. Assevera Castoriadis, que esse não é um estado concluído, mas uma situação ativa. “Um sujeito autônomo é aquele que sabe ter boas razões para concluir: isso é bem verdadeiro, e: isso é meu desejo” (CASTORIADIS, 2003, p. 126).

Do ponto de vista da autonomia em relação ao inconsciente, Castoriadis chama a atenção para o fato de que a psicanálise não dá conta de explicar de forma cabal a vida psíquica. Para ele é preciso deixar de lado esta pretensão dogmática. Para Passos (2006), o perigo dogmático de especulações em psicanálise, afinal exigidas pela elucidação teórica da atividade analítica e não pelo mero gosto da especulação, ocorre quando essas pretendem dar conta, de forma cabal, da espessura concreta do real psíquico. Castoriadis não se cansava de dizer que o psiquismo, como de

resto todo real, é inabordável de forma absoluta em sua extensão e só temos acesso a ele por vias indiretas: os seus efeitos (no caso do psiquismo, os sonhos, lapsos de linguagem, sintomas neuróticos, lacunas e ambiguidades dos discursos).

Desta forma,

O pressuposto psicanalítico de uma clivagem da subjetividade que põe sob suspeição as representações egoicas (representações que o sujeito se dá de si mesmo) e a crença inabalável no discurso racional consciente, não autorizariam dizer, generalizando, que a verdade do sujeito é a verdade do inconsciente, ou que toda verdade do sujeito esteja do lado do inconsciente e, portanto, que o sujeito é mero efeito de determinações que lhe escapam. Interpretar dessa forma o sujeito humano seria de um reducionismo psicanalítico inaceitável, para Castoriadis. (PASSOS, 2006)

De acordo com Passos (2006), a questão é que a verdade do sujeito, seja o sujeito individual, seja o sujeito sócio-histórico do qual participamos e que nos habita, está sempre por ser, permanentemente, reconstruída, re-significada. Não está dada, nem pode ser afirmada de uma vez por todas. De fato, a verdade sendo sempre uma representação, é, a cada momento, também uma nova representação possível, sem o que, não só o projeto político mas o próprio projeto da psicanálise se veriam comprometidos. O que funda a psicanálise, afirma Castoriadis, “é o julgamento (com certeza falível) do analista de que uma transformação essencial do sujeito é possível”. Do contrário, a psicanálise não passaria de mais uma mera teorização psicológica ou uma pseudofilosofia.

O encontro da verdade na psicanálise não se dá via saber racional discursivo, e sim, via ampliação da capacidade autorreflexiva do sujeito, por um efeito de produção de sentido. O psicanalista tem de contar com essa capacidade ou veria impossibilitado seu trabalho. Para Castoriadis seria preciso resgatar o tempo todo a experiência clínica em sentido amplo, como experiência de transformação, que é o solo no qual a psicanálise se enraíza e de onde retira seu sentido (PASSOS, 2006).

A autonomia, segundo Castoriadis (2004), não pode ser imposta e muito menos ensinada. A partir da psicanálise, pode-se ajudar o analisando a progredir em relação à autonomia. Nesse sentido, compreende-se que a psicanálise teria o mesmo objeto que a política, isto é, produzir a autonomia necessariamente como individual e ao mesmo tempo coletiva. Todavia como é possível falar de autonomia tendo o inconsciente como instância governadora da subjetividade? Por meio da instauração de uma subjetividade reflexiva e deliberativa. Tal possibilidade só é factível na medida em que se faça o esforço contínuo e vigilante para filtrar tudo o que inconsciente passa para o consciente.

O projeto de autonomia dos seres humanos, que é o objeto da psicanálise, da política e deve ser também o projeto maior da educação. “A psicanálise, como a

pedagogia e como a política, é a ação de uma autonomia sobre outra autonomia, virtual; e seu objetivo consiste em criar essas formas novas que são indivíduos autônomos e uma sociedade autônoma” (CASTORIADIS, 2004, p. 316).

Pela subjetividade reflexiva, assevera Castoriadis (2004, p. 349), os sujeitos são capazes de pôr em questão as significações imaginárias da sociedade em que vivem e até mesmo suas instituições. Há uma criação na história da humanidade: é a subjetividade reflexiva, que caminha de par com o nascimento do projeto de autonomia. Não é um sujeito simplesmente treinado ou levado por seu inconsciente, mas que é capaz de ser lúcido em relação a seus desejos, de se conectar a eles, de lhes ser permeável e ao mesmo tempo de filtrá-los. É um sujeito capaz de refletir e de decidir o que vai realizar com seus desejos e o que não vai fazer, e de agir consequentemente.

Assim sendo, Castoriadis (2000), da mesma forma que Adorno, critica qualquer pretensão de redução da práxis a uma relação meios fins. A verdadeira política, a verdadeira pedagogia pertencem a práxis que é um “fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia (CASTORIADIS, 2000, p. 94)”. A práxis seria, portanto, um projeto no qual a autonomia do outro seria um meio e um fim. “A práxis é aquilo que visa o desenvolvimento da autonomia como fim e utiliza para este fim a autonomia como meio” (Idem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomaremos como norteadoras de nossas reflexões finais algumas considerações de Adorno feitas na obra *Educação e emancipação*.

A escola deve se opor, minimamente que seja, à barbárie. A barbárie é o contrário da formação, é a redução do ser humano a condição de objeto. A desbarbarização da humanidade é imperativa e pré-condição para nossa sobrevivência sem isso não poderemos pensar uma sociedade minimamente viável. A instituição escolar, mesmo reconhecendo que seu âmbito de influência é limitado, não deve renunciar, não pode se eximir da tarefa de desbarbarização.

O primeiro passo é superar os mecanismos que contribuem para a reprodução da barbárie. Muitos deles travestidos hodiernamente de instrumentos modernos de gestão da aprendizagem tais como a meritocracia, a propensão ao trabalho abstrato, a competição como caminho para selecionar os melhores, ou os já recorrentes mecanismos de exclusão que se tornaram prática comum em nossas instituições de ensino, o abandono e a evasão escolar, práticas de ensino e aprendizagem que visam selecionar os mais aptos, abandonando à própria sorte alunos com dificuldades, ausência de políticas públicas efetivas e consequentemente a valorização do voluntarismo docente como ferramenta de transformação.

Há que se levar em conta a educação, de um modo geral, e a instituição escolar como um lugar privilegiado em que se pode trabalhar imediatamente pela desbarbarização da humanidade oferecendo as crianças e jovens em formação uma outra experiência, uma educação para a democracia e para emancipação. Nesse sentido, e tendo por horizonte que é muito mais uma aposta, uma expectativa, pois, a saída não está pronta e muito menos é definitiva, os sujeitos da educação devem se engajar para construir mecanismos institucionais para a promoção da autonomia frente a barbárie. Reconhecer que uma impotência inicial, muito mais do que um entrave, é o ponto de partida: um problema a ser enfrentado. Isto é, reconhecer-se como responsável pela sua formação a partir de um engajamento nas ações coletivas possíveis.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. De la relación entre sociología y psicología *In* **Actualidad De La Filosofía**. Barcelona/Buenos Aires, Paidós, 1955.

_____. **La personalidad autoritária**. Buenos Aires: Proyección, 1965.

_____. Sobre música popular. In COHN, G.I (org). **Coleção “Grandes Cientistas Sociais”**. São Paulo. Ática, 1986.

_____. Sobre Sujeito e Objeto. In: _____. **Palavras e Sinais**. Petrópolis:Vozes, 1995a.

_____. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b.

ADORNO, T.W, HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed. 2000.

_____. **As encruzilhadas do labirinto VI. As figuras do pensável**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

CROCHIK, J. L. T.W. Adorno e a psicologia social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, Ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Feb. 2014

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe** – Estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodinei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PASSOS, I. C. F. **A Construção da Autonomia Social e Psíquica no Pensamento de Cornelius Castoriadis**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 1, n. 1, São João del-Rei, jun. 2006.